

Juros bancários fora do Código do Consumidor

A Comissão de Meio Ambiente do Senado aprovou ontem projeto que exclui da aplicação do Código de Defesa do Consumidor as taxas de juros sobre empréstimos e aplicações financeiras. **Página 7**



Mercadante (E), presidente da comissão, ouve explicações de Jorge Rachid sobre as providências para implantação do Supersimples

Supersimples começa em julho, anuncia secretário da Receita

Em audiência na Comissão de Assuntos Econômicos, o secretário da Receita Federal, Jorge Rachid, explica que o órgão desenvolve sistema de suporte eletrônico ao regime simplificado de recolhimento de impostos e regulamenta dispositivos da nova legislação. **Página 8**

Projeto impõe transparência às loterias

Proposta que obriga a Caixa Econômica Federal a disponibilizar na internet todos os dados relativos a loterias foi aprovado ontem, em decisão terminativa, pela Comissão de Assuntos Econômicos. **Página 8**

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Ano XIII – Nº 2.603 – Brasília, quarta-feira, 30 de maio de 2007

Plenário aprova fundo com recursos do FGTS

Senado conclui votação das medidas do Programa de Aceleração do Crescimento, acolhendo compensação a estados e crédito extraordinário

O Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FI-FGTS) conta com R\$ 5 bilhões para investimentos nos setores energético, rodoviário, ferroviário, hidroviário, portuário e de saneamento. Mais recursos poderão ser alocados, em médio prazo, até o limite de 80% do patrimônio líquido do FGTS registrado em 31 de dezembro de 2006, equivalente a R\$ 16,7

bilhões. O Plenário aprovou também compensação parcial a estados e municípios por perdas relativas à Lei Kandir; crédito extraordinário de R\$ 100 milhões para o Ministério do Esporte; e autorização para União e Eletrobras renegociarem seus créditos com a Itaipu Binacional mediante a retirada, dos contratos de financiamento, da cláusula que prevê o fator anual de reajuste da dívida. **Página 3**



MoreraViatz

Após longo debate, senadores decidiram transformar a MP 338 em projeto de lei

Na CPI, brigadeiro admite erro de controlador

Foi "incompleta" a autorização para decolagem dada aos pilotos do jato Legacy, que mais tarde se chocaria com o Boeing da Gol, segundo disse ontem o brigadeiro

Jorge Kersul Filho, chefe do Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos. Ele insistiu que o sistema de controle de vôos é seguro. **Página 6**



CPI reúne Paulo César Castelo Branco (E), Marco Antônio Bologna, Demostenes, Tião Viana, Edgard Brandão Júnior e Constantino Júnior

Câmara acolhe todas as emendas do Senado ao projeto do Fundeb

A Câmara aprovou ontem todas as emendas do Senado ao projeto de lei de conversão da medida provisória que regulamenta o Fundeb, o fundo de educação básica. As emendas permitem de-

finir montantes de recursos para educação infantil e de jovens e adultos. Além disso, admitem que estados e municípios contabilizem os recursos do Fundeb como receita líquida real.



Aumento das políticas repressivas, educação, conscientização da sociedade e atualização da legislação brasileira são saídas apontadas para combater produtos falsificados



Debate presidido por Cristovam (3º à esq.) aborda pirataria nas áreas de cinema, vídeo e música

Especialistas sugerem medidas para combater pirataria

O aumento das políticas repressivas, a educação, a conscientização da sociedade e a atualização da legislação brasileira são medidas prioritárias para o combate à pirataria. Essa é a conclusão a que chegaram especialistas durante o debate promovido pela Comissão de Educação (CE) e pela Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social. Eles defenderam também o compartilhamento de informações entre União, estados e municípios.

Para o presidente da Associação Brasileira dos Produtores de Discos, Paulo Rosa Júnior, o que está prejudicando a evolução do mercado brasileiro de música é a combinação entre pirataria física, com a venda de CDs por ambulantes, e a oferta gratuita de composições pela internet. Ele

ênfaticamente ainda que a indústria tem se esforçado para reduzir suas margens de lucro, mas criticou a alta carga tributária no setor.

O secretário-executivo do Conselho Nacional de Combate à Pirataria e Delitos contra a Propriedade Intelectual do Ministério da Justiça, André Barcellos, disse que é preciso convencer a sociedade da vinculação direta da pirataria ao crime organizado e dos riscos à economia em geral, comprometendo a criação de empregos e a arrecadação tributária, que poderia ser revertida em melhorias para a população. Ele também ressaltou a necessidade de alerta quanto à abrangência da pirataria, já que os falsificadores não estão se limitando a CDs e filmes, mas atuam na área de medicamentos e óculos, entre outros produtos, trazendo riscos à saúde do consumidor.

Senadores defendem redução da carga tributária

Em audiência pública realizada ontem para debater a pirataria nas áreas do cinema, do vídeo e da música, vários senadores propuseram a diminuição da carga tributária sobre os DVDs e CDs como uma das principais medidas de combate à falsificação desses produtos. Na opinião dos parlamentares, somente com a redução dos preços praticados no mercado, o consumidor deixará de comprar um produto pirateado, porém de boa qualidade – destacam – para adquirir o original.

Flávio Arns (PT-PR) afirmou que o alto preço de um CD ou de um DVD original estimula a pirataria, que é, segundo ressaltou, uma das atividades financiadoras do crime organizado. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) é a favor da redução do preço ao consumidor e também da fabricação de aparelhos de DVDs que só leiam produtos originais.

Rosalba Ciarlini defendeu a redução da carga tributária sobre os DVDs e CDs e a educação das crianças dentro das escolas. Na avaliação do presidente da CE, Cristovam Buarque (PDT-DF), é difícil enfrentar esse problema, pois, com o avanço tecnológico, o “conhecimento torna-se público”. Para ele, no entanto, a grande solução está na educação.

Magno Malta (PR-ES) pediu apoio para projeto de sua autoria (PLS 210/07) que qualifica o CD e o DVD do artista brasileiro em produto cultural, isentando-os de tributo, a exemplo do que já ocorre com o livro e o jornal.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Homenagem ao Dia Mundial do Meio Ambiente

O Senado reúne-se em sessão especial, às 10h, para homenagear o Dia Mundial do Meio Ambiente, comemorado em 5 de junho, desde 1972. A sessão deliberativa, às 14h, tem como primeiro item de pauta projeto que concede incentivos à pessoa jurídica que investir em tecnologia.

Debate sobre a criação do Estatuto do Produtor Rural

O projeto que cria o Estatuto do Produtor Rural será debatido, às 11h, em audiência pública promovida pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA). Entre os convidados para o debate, estão os ministros do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, e do Meio Ambiente, Marina Silva. Às 14h30, a Comissão Mista de Mudanças Climáticas debate atividades do setor florestal brasileiro.

Assuntos Sociais examina crise do Incor-DF

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) analisa, a partir das 11h, pauta que inclui o projeto que autoriza a realização de campanha de esclarecimento sobre contas inativas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Às 12h, a CAS debate a situação do Instituto do Coração do Distrito Federal (Incor-DF). Entre os convidados, está o ministro da Saúde, José Gomes Temporão.

Reunião do Conselho de Ética

O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar reúne-se às 10h para eleger o presidente e o vice-presidente do colegiado. Às 14h30, a Comissão Mista de Orçamento (CMO) analisa requerimento que solicita ao Tribunal de Contas da União relação dos processos de irregularidade referentes à Infraero.

Maioridade penal continua na pauta da CDH

A redução da maioridade penal e as causas do aumento da violência constam da pauta, às 14h, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). Entre os convidados, o ministro Paulo Vanuchi, da Secretaria Especial dos Direitos Humanos; o coordenador-geral do Comitê Gestor da Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança e do Adolescente, Carlos Antonio Tilkian; e o presidente da Comissão Municipal de Direitos Humanos de São Paulo, José Gregori.

Emissoras de radiodifusão

A Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) reúne-se às 8h45 para analisar 14 projetos de decreto legislativo sobre o funcionamento de emissoras de radiodifusão. Também em pauta petição do Ministério Público Federal sobre o licenciamento ambiental para a Usina Angra III.

CPI do Apagão Aéreo

A CPI do Apagão Aéreo ouve, às 10h, o delegado da Polícia Federal Renato Sayão Dias, responsável pelo inquérito que investiga o acidente entre o avião da Gol e o jato Legacy, e o procurador-geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União (TCU), Lucas Furtado.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
 1º Vice-Presidente: Tião Viana
 2º Vice-Presidente: Alvaro Dias
 1º Secretário: Efraim Moraes
 2º Secretário: Gerson Camata
 3º Secretário: César Borges
 4º Secretário: Magno Malta
 Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
 Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Weiller Diniz
 Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
 Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333
 Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck
 Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva
 Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes
 Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima
 Arte: Cirilo Quartim e Bruno Bazílio
 Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332
 Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327
 Chefia de reportagem: Denise Costa, Davi Emerich e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670
 Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151
 O noticiário do Jornal do Senado é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações
 Site: www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br
 Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137
 Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Renan Calheiros, Efraim Moraes, Papaléo Paes e Geraldo Mesquita Júnior

Líder do Partido Comunista do Vietnã visita o Senado

Em nome do Senado, o vice-presidente da Casa, senador Tião Viana, e o presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), Heráclito Fortes, receberam na manhã de ontem o secretário-geral do Comitê Central do Partido Comunista do Vietnã, Nong Duc Manh.

O secretário-geral agradeceu a hospitalidade brasileira e fa-

lou do interesse do Vietnã em reforçar os laços de amizade e os vínculos econômicos e culturais com o Brasil. Reconheceu que o comércio entre as duas nações, ainda incipiente, tem enorme potencial para crescer.

Ele reconheceu o apoio do Brasil no processo de ingresso do Vietnã na Organização Mundial do Comércio (OMC), avaliando também como posi-

vas as manifestações brasileiras favoráveis ao crescimento econômico do seu país.

Tião Viana agradeceu o apoio vietnamita à candidatura brasileira a um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU. Já Heráclito Fortes lembrou as altas taxas de crescimento do Vietnã e destacou o potencial do país para ampliação de relações comerciais.



Entre Tião Viana (D) e Inácio Arruda, Nong Duc Manh é acompanhado à saída do Congresso

JFretas

Virgílio quer reverter venda de refinarias

Arthur Virgílio (PSDB-AM) solicitou à Mesa do Congresso Nacional deliberação sobre a conveniência de impetrar mandado de segurança para sustar decisão do governo brasileiro de vender refinarias da Petrobras à Bolívia.

O senador lembrou que a medida traduz a defesa de prerrogativas constitucionais do Legislativo, que determinam como competência exclusiva do Congresso decidir sobre atos internacionais "que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional".

ACM passa mal e é atendido no Incor de Brasília

O senador Antonio Carlos Magalhães (DEM-BA) passou mal e sofreu uma queda no corredor próximo ao seu gabinete, ao sair do Plenário, no início da noite de ontem. Ele recebeu atendimento de primeiros socorros da equipe médica do Senado e seguiu para o Instituto do Coração (Incor) de Brasília para a realização de exames complementares.

Antonio Carlos não se machucou e foi andando até o carro que o levou ao hospital. Após confirmação de que o senador estava bem, as votações de matérias em Plenário foram retomadas.

Aprovado fundo de investimento do FGTS

Última medida provisória do PAC, que cria fundo para infra-estrutura, é acatada em Plenário e segue para sanção presidencial

O Plenário do Senado aprovou ontem a última medida provisória vinculada ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Trata-se da MP 349/07, alterada por projeto de lei de conversão (PLV 10/07) na Câmara dos Deputados, que criou o Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FI-FGTS) para viabilizar investimentos em empreendimentos nos setores de energia, rodoviário, ferroviário, hidroviário, portuário e de saneamento. A matéria segue, agora, à sanção do presidente Lula.

Como o prazo de vigência da MP acabaria na sexta-feira, o rela-

tor-revisor, senador Romero Jucá (PMDB-RR), resolveu não acolher nenhuma mudança no texto. Assim, rejeitou emenda de Flexa Ribeiro (PSDB-PA), que defendia o aval do Congresso a cada ampliação dos recursos do FI-FGTS, e prometeu aproveitar oportunamente, em outra matéria, emenda de Lúcia Vânia (PSDB-GO) que reivindicava investimentos do novo fundo na armazenagem de produtos agrícolas. Jucá também rejeitou duas emendas dos opositores, consideradas anti-regimentais.

O PLV 10/07 formou o novo fundo com aplicação inicial de R\$ 5 bilhões, a serem transferidos do

patrimônio líquido do FGTS. Mais recursos poderão ser alocados ao FI-FGTS, no médio prazo, até o limite de 80% do patrimônio líquido do FGTS registrado em 31 de dezembro de 2006, equivalente a R\$ 16,7 bilhões. Os opositores protestaram contra essa possibilidade e sustentaram ainda que, em vez de superávit, o FGTS amargaria déficit patrimonial de R\$ 5 bilhões.

Já os apoiadores da proposta acreditam no seu poder de estimular a economia e gerar mais empregos. Também se mostraram convencidos de que os trabalhadores beneficiários do FGTS não sofrerão prejuízos,

uma vez que a Caixa Econômica Federal, à frente da administração e gestão do FI-FGTS, deverá cobrir o risco das aplicações no novo fundo e garantir rentabilidade mínima de 3% ao ano, mais Taxa Referencial (TR), a mesma remuneração das contas vinculadas ao FGTS.

O trabalhador poderá aplicar até 10% do saldo de sua conta do FGTS no novo fundo de investimento, contando com isenção de Imposto de Renda sobre os ganhos. Em contrapartida, essa parcela de recursos não contará com a garantia dada pelo governo federal aos demais recursos da conta vinculada do fundo de garantia.

MP que libera verbas para Petrobras vira projeto de lei

O texto da medida provisória que abre R\$ 7,4 bilhões em créditos extraordinários no Orçamento de 2006 para algumas estatais – especialmente a Petrobras e suas subsidiárias – e cancela dotações que totalizam R\$ 8,8 bilhões que estavam destinadas a outras empresas do governo foi transformado em projeto de lei e vai ter tramitação normal no Congresso.

Depois de argumentarem que a MP 338/06 poderia conter irregularidades e carecia de informações por parte do governo, senadores da oposição conseguiram o aval do relator-revisor da matéria e líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), para a mudança, proposta por Arthur Virgílio (PSDB-AM).

– Em três ou quatro oportunidades, o Senado já transformou MP em projeto de lei, retirando sua eficácia e fazendo com que os deputados e senadores tivessem mais tempo para apreciar a matéria. Do ponto de vista do Legislativo, da imagem que queremos passar, esse é um grande dia – frisou o presidente do Senado, Renan Calheiros.

Compensação a estados pela Lei Kandir é acatada

Em votação simbólica, os senadores aprovaram ontem projeto de lei de conversão que compensou, parcialmente, perdas de estados e municípios com isenções tributárias nas exportações, provocadas pela chamada Lei Kandir.

O relator do PLV 14/07 – proveniente da MP 355/07 –, Romero Jucá (PMDB-RR), deu parecer favorável e disse que o projeto é fruto de acordo entre os governadores e o governo federal. A matéria segue para sanção presidencial.

A MP liberou R\$ 975 milhões do Orçamento da União para estados, Distrito Federal e municípios, para fomentar e estimular as exportações.

Os senadores rejeitaram emenda de César Borges (DEM-BA) que retirava do texto a previsão de que, antes de entregar os recursos, a União deduziria do montante algumas dívidas vencidas dos entes federados com a União e com as administrações dos estados.

Crédito extraordinário para Jogos Pan-Americanos

A medida provisória que abriu crédito extraordinário de R\$ 100 milhões para o Ministério do Esporte foi aprovada pelo Plenário. Os recursos foram destinados à realização e implantação da infraestrutura física para a realização da 15ª edição dos Jogos Pan-Americanos e Para-Pan-Americanos de 2007, no Rio de Janeiro.

A matéria (MP 356/07) teve Francisco Dornelles (PP-RJ) como relator-revisor e vai agora à promulgação. O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), disse que, embora houvesse polêmica sobre a aplicação dos recursos, há instâncias governamentais próprias para fazer o acompanhamento, além do Tribunal de Contas da União (TCU) e das comissões de Fiscalização e Controle das Casas do Congresso.

Os recursos provêm da anulação parcial de dotações orçamentárias dos ministérios da Saúde (R\$ 16 milhões), dos Transportes (R\$ 12 milhões), do Esporte (R\$ 9 milhões), da Defesa (R\$ 2 milhões), do Turismo (R\$ 18 milhões) e das Cidades (R\$ 43 milhões).

Nova regra para renegociar crédito com a Itaipu

A União e as Centrais Elétricas Brasileiras (Eletrobrás) poderão renegociar seus créditos com a Itaipu Binacional mediante a retirada, dos contratos de financiamento, da cláusula que prevê o fator anual de reajuste da dívida. É o que prevê a MP 357/07, aprovada ontem.

A medida visa conferir maior transparência no pagamento da tarifa de energia produzida pela hidrelétrica, controlada pelo Brasil e pelo Paraguai. A renegociação seria uma reivindicação antiga dos representantes paraguaios, da qual resultou acordo firmado em janeiro deste ano.

O governo esclarece que, mantidas as condições de contratação de potência pelo Brasil e pelo Paraguai, "não haverá qualquer diferença para o consumidor brasileiro decorrente dessa exclusão do fator anual de reajuste dos custos de financiamento da Itaipu para a tarifa de potência proveniente daquela empresa".

Senador afirma que, durante o discurso de segunda-feira, apresentou toda a documentação que comprova suas declarações. "Entreguei absolutamente tudo, não está faltando nada"

Renan diz que a verdade está ao seu lado e não teme investigação

O presidente do Senado, Renan Calheiros, afirmou ontem, em entrevista, que a representação enviada ao Conselho de Ética pelo PSOL para que o órgão investigue as denúncias contra ele veiculadas pela imprensa recentemente não o preocupam.

– Nada me preocupa, porque a verdade está do meu lado – salientou.

Na segunda-feira, Renan apresentou documentos para comprovar que eram seus os recursos utilizados para o pagamento de pensão à filha que teve com a jornalista Mônica Veloso, bem como do aluguel do apartamento em que ambas moravam. Reportagem da revista *Veja* acusou o senador de ter essas despesas pagas por intermédio de um funcionário da empreiteira



Renan afirma que não há justificativa para seu afastamento

Mendes Júnior.

Renan Calheiros disse que tudo o que afirmou está comprovado nos documentos apresentados, e que tudo o que tinha a declarar ao Senado e à nação foi dito segunda-feira, no pronunciamento.

O senador negou ainda que exista na Casa um "clima de tensão" que justifique seu licenciamento do cargo.

Ao chegar ao Senado na manhã de ontem, ele foi questionado por jornalistas sobre o discurso da véspera. Indagado se pretendia afastar-se da Presidência da Casa para se defender, respondeu: "Não. Não há nenhuma acusação contra mim".

Em resposta a um repórter sobre a comprovação de que pagou com dinheiro do próprio bolso

despesas com a assistência à jornalista, durante a gravidez, e a pensão de sua filha, o senador informou que já tornou disponíveis todos os documentos referentes a esse assunto após o término do discurso de segunda-feira.

– Falei ao Senado, falei ao país. Entreguei absolutamente tudo, não está faltando nada – reiterou Renan Calheiros.



José Nery protocola documento do partido no gabinete do corregedor

mento Interno do Senado Federal para sugerir que os fatos caracterizam, "em tese, práticas criminosas típicas, entre as quais corrupção passiva e improbidade administrativa".

ofereceu ontem [segunda] foi muito mais forte.

Eduardo Suplicy (PT-SP) destacou a necessidade de esclarecimentos completos por parte do presidente do Senado.

Em resposta aos dois senadores, Renan Calheiros afirmou: "Não haverá em momento nenhum desse processo nenhuma surpresa. Sou responsável por todos os meus atos e em qualquer momento que for necessário demonstrarei que estarei sempre aqui, à altura da dignidade que esse cargo exige".



Virgílio destaca a contestação feita em discurso pelo presidente da Casa

provas cabais contra vossa excelência, ou essas pessoas não teriam mesmo que ter guarida aqui na Casa, porque, do que li e ouvi, o que vossa excelência

PSOL entra com representação para conselho apurar denúncia

Por decisão da bancada do PSOL nas duas Casas do Congresso, o senador José Nery (PA) protocolou ontem, no gabinete do corregedor da Casa, Romeu Tuma (DEM-SP), uma representação para que o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar investigue as recentes denúncias da imprensa contra o presidente Renan Calheiros.

O documento, assinado pela presidente do PSOL, a ex-senadora Heloísa Helena, apresenta trechos de matérias jornalísticas

com acusações contra Renan (O Globo, Folha de S. Paulo e *Veja*) e afirma que "as acusações e denúncias trazem indícios fortes da possibilidade de prática de ilícitos pelo senador Renan Calheiros".

A representação propõe que o conselho colha o depoimento dos envolvidos, analise os documentos já apresentados e realize "as diligências necessárias, sob a ótica da eventual quebra do decoro".

O documento também cita a Constituição federal e o Regi-

Arthur Virgílio: as declarações são mais fortes

Arthur Virgílio (PSDB-AM) disse ontem que as declarações feitas por Renan Calheiros, em discurso na segunda-feira, são mais fortes do que as acusações. Virgílio lembrou que as afirmações foram questionadas por Pedro Calmon, advogado da jornalista Mônica Veloso.

– Ou trariam essas pessoas do lado acusatório documentos,

Projeto contra homofobia é inconstitucional, afirma Crivella

Marcelo Crivella (PRB-RJ) informou ontem que seu partido recorrerá até ao Supremo Tribunal Federal (STF) se o projeto de lei que define como crime a prática da homofobia for aprovado no Congresso e sancionado pelo presidente da República. O parlamentar considera o projeto inconstitucional.

– É um atentado ao livre pensamento e ao direito de culto, além de outros direitos que são garantidos pela Constituição federal. Do jeito que está, o projeto não pode ser aprovado – protestou Crivella.

O senador afirmou que a proposição (PLC 122/06), de autoria da então deputada Iara Bernardi,



"Do jeito que está, proposta não pode ser aprovada", afirma Marcelo Crivella

deve ser aperfeiçoada. Ele ressaltou que tem recebido muitas manifestações e abaixo-assinados de várias partes do país de pessoas contra a aprovação do projeto.

Sibá comemora benefícios para agricultores

Sibá Machado (PT-AC) elogiou o presidente Lula, a Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) e a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (Fetraf) pelo sucesso das negociações que resultaram no anúncio de uma série de medidas para o Plano Safra da Agricultura Familiar 2007/2008. Ele destacou a liberação de R\$ 12 bilhões do Pronaf para a próxima safra, bem como a meta de assentamento de até 100 mil famílias até o final de 2007.

O senador enumerou ainda



Sibá elogia sucesso das negociações entre governo e pequenos agricultores

outras medidas anunciadas pelo presidente, como a redução dos juros de financiamento do Pronaf e a ampliação de recursos para assistência técnica e comercialização da produção familiar. Conforme Sibá, em encontro com os líderes dos agricultores, o ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, anunciou a renegociação das dívidas dos produtores rurais.

Papaléo pede que Congresso derrube prorrogação da CPMF

Por considerá-la uma contribuição que prejudica a produtividade da economia e que teve suas finalidades desvirtuadas, o senador Papaléo Paes (PSDB-AP) pediu que deputados e senadores votem contra a prorrogação até 2011 da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), como propôs o governo em matéria enviada ao Congresso (PEC 50/07). Ele lembrou que a contribuição foi criada para direcionar verbas à saúde, mas nos últimos anos tem sido usada até para pagar juros da dívida pública.

Papaléo Paes opinou que hoje a CPMF só existe por causa da "voracidade fiscal" das autori-



Papaléo: contribuição só existe por causa da "voracidade fiscal" das autoridades

dades federais e é um convite à informalidade. No ano passado, acrescentou, o peso da contribuição chegou a 1,4% de tudo que foi produzido no Brasil, o que equivale a R\$ 32 bilhões.

Mostra de fotos e artesanato pela preservação ambiental

O Senado abriu ontem sua segunda Exposição do Meio Ambiente, com fotos das montanhas do Tumucumaque, a maior área protegida em faixa tropical do planeta, localizada no Amapá. As fotos são de Zig Koch Cavalcanti. A exposição, que antecipa as comemorações do Dia Mundial do Meio Ambiente (5 de junho), estará aberta até 11 de junho na Biblioteca do Senado, das 8h às 18h30.

Também foi inaugurada uma mostra de peças de artesanato feitas pela Associação dos Artesãos do Meio Ambiente (Reciclã), entidade que utiliza material reciclado em seus trabalhos. O evento é uma parceria do Senado com a WWF-Brasil e a Reciclã.

Ao participar da abertura da exposição, Leomar Quintanilha (PMDB-TO),

presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), observou que ações individuais são tão importantes quanto atos de governos na preservação do planeta. Sibá Machado (PT-AC) ressaltou a necessidade de mudanças de atitude em favor da preservação ambiental.

Presente à solenidade, Serys Slhessarenko (PT-MT) manifestou preocupação com o término da vigência do Protocolo de Kyoto, em 2011. Participaram ainda o diretor da Secretaria de Recursos Humanos do Senado, João Carlos Zoghbi; o superintendente da WWF-Brasil, Cláudio Maretti; o presidente da Comissão Especial Programa Senado Verde, Henrique Vilaverde, e a presidente da Reciclã, Mariângela Cascão.

Quintanilha saúda o Dia Mundial do Meio Ambiente

O senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO) lembrou que será comemorado, na sessão plenária de hoje, o Dia Mundial do Meio Ambiente, que transcorre em 5 de junho. Ele chamou a atenção dos parlamentares para a importância do tema e lembrou que a sociedade demorou a tomar consciência dos cuidados que deve dispensar ao meio ambiente.

Quintanilha ressaltou que não só os agentes públicos, mas a sociedade como um todo – e cada cidadão – deve assumir a sua responsabilidade nos cuidados ambientais. Ele enfatizou a importância da redução do desperdício e lembrou os problemas causados pelos lixões.



Quintanilha defende ações para preservar os recursos naturais



Projeto ambiental pode encobrir exploração mineral, diz Mozarildo

Mozarildo alerta para ação de ONGs na Amazônia

Ao comentar matéria do Correio Braziliense, Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) denunciou o que ele considera mais uma tentativa de países estrangeiros controlarem a Amazônia. A notícia do jornal trata do veto que o Itamaraty teria apresentado à iniciativa da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (Usaid) de criar um consórcio de 26 ONGs para atuar no Brasil e em outros quatro países.

Para o senador, tais organizações, sob o argumento de implantar projeto de conservação da Amazônia com financiamento da Usaid, estariam, na verdade, interessadas em minerais estratégicos do território brasileiro.

Líder do PT apresenta projeto estabelecendo prioridade na Justiça para processos que tratam de apropriação de recursos públicos e senador pelo DEM cobra medidas de combate aos corruptos

Ideli quer agilizar punição a desvio de verba pública

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) anunciou ontem que apresentou projeto estabelecendo prioridade na Justiça para os processos que tratam dos desvios de recursos públicos. Ela também apoiou proposição do jurista Rodrigo Colaço no sentido de que os tribunais criem varas especializadas em corrupção.

– Não existe crime maior que alguém se apropriar dos recursos que são dos brasileiros – justificou Ideli, ao pedir celeridade na tramitação do projeto, que aguarda designação de relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

A proposta da senadora (PLS 268/07) altera o Código de Processo Penal (Decreto-Lei 3.689/41) para dar prioridade de tramitação aos procedimentos judiciais em processo de crimes de responsabilidade de funcionários públicos. Disse acreditar que a matéria poderia fazer parte de um pacote de projetos visando coibir a prática de corrupção, assim como se fez para mudar a legislação de combate ao crime organizado.

Já a criação de varas especializadas no julgamento de crimes de corrupção, frisou, ajudaria a combater a impunidade. Ideli lembrou que desde 2003 a Polícia Federal realizou 350 operações, prendeu quase 6 mil pessoas, mas poucas foram condenadas pela Justiça e estão presas.



Ideli Salvatti apóia criação de varas especializadas em corrupção

Almeida Lima rejeita ligação com empreiteira

Almeida Lima (PMDB-SE) protestou ontem contra a inclusão de seu nome em suposta lista de políticos que teriam recebido presentes da empreiteira Gautama. A relação foi divulgada pelo site Folha Online.

O senador disse que, quando foi prefeito de Aracaju, de 1994 a 1996, conviveu com diversas empresas, das quais não recebeu nenhum apoio financeiro na ocasião em que voltou a se candidatar, em 2000.

– Foram apoiar meus adversários, pois não gostaram do tratamento que lhes dei – ressaltou.

Almeida Lima afirmou ter sido indicado pelo seu partido para integrar a Comissão Mista de Orçamento (CMO), mas pediu sua exclusão, por não concordar como lá se vota o Orçamento da União. As emendas que tem feito ao Orçamento, frisou, não contemplam obras, mas apenas a compra de medicamentos e manutenção de hospitais.



Almeida Lima critica a forma de votação do Orçamento na CMO

Mão Santa denuncia licitação dirigida no Piauí

O governo do Piauí estaria preparando uma licitação dirigida para realizar obras do programa Luz para Todos naquele estado. A denúncia foi feita pelo senador Mão Santa (PMDB-PI), com base em matéria publicada ontem pelo jornal Diário do Povo, de Teresina, assinada pelo seu editor-chefe, Zózimo Tavares. De acordo com Mão Santa, o jornalista informa que, para impedir a participação de empresas piauienses na licitação, o edital exige que

a participante da concorrência pública tenha capital social entre R\$ 6 milhões e R\$ 10 milhões.

O senador também mencionou o jornalista Mauro Sampaio, que tem uma coluna no site AcessePiauí, e questionou o fato de o governador Wellington Dias, que teve seu nome citado em trechos de interceptações telefônicas da Operação Navalha, não ter sido incluído entre os suspeitos que foram chamados a depor.



Mão Santa aponta irregularidade no programa Luz para Todos

César Borges exige o fim da impunidade

A certeza da impunidade favoreceu o enraizamento da corrupção no Estado brasileiro, “levando o dinheiro público a se esvaír pelos ralos do poder”, afirmou ontem em Plenário o senador César Borges (DEM-BA).

– Nós estamos aqui a bradar que se punam os criminosos. E quem nos ouve? Quem atende? O Poder Executivo? A Polícia Federal lança mais uma operação e vai lançar várias. Vai ficar na pirotecnia, na superficialidade? Vai um escândalo superar o outro e depois ser esquecido? E quem é punido? Isso estimula a corrupção – assinalou.



Operações da PF não podem ficar “na pirotecnia”, diz César Borges

César Borges disse que na gestão do presidente Lula os escândalos de corrupção se sucederam sem que houvesse punição para os culpados. O senador enfatizou que o modo de administrar do PT estimula a corrupção, com o loteamento de cargos em ministérios, autarquias e estatais entre aliados e facções do partido, em detrimento de currículo e competência. Ele lamentou o fato de não serem realizadas as reformas política, tributária e trabalhista, nem votada a proposição que torna o Orçamento da União impositivo. Ressaltou ainda que a origem da corrupção está nas emendas parlamentares, mas observou que quem as manipula e libera as verbas é o Poder Executivo.

Na CPI do Apagão Aéreo, presidente da TAM cobra investimentos em infra-estrutura, enquanto autoridades reconhecem falhas humanas em acidente

Confiança no sistema de controle de voo

Uma das maiores preocupações do chefe do Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (Cenipa), brigadeiro-do-ar Jorge Kersul Filho, durante o depoimento na CPI do Apagão Aéreo, foi reafirmar à população que o sistema de controle de vôos no Brasil é seguro. De acordo com ele, nosso sistema é um dos melhores do mundo – “confiável, seguro”, disse, mas não infalível.

– No espaço aéreo controlado neste país, há cobertura de radar e comunicação, principalmente nas rotas mais usadas. Continuo a confiar no sistema. Eu e minha família voamos – garantiu.

O brigadeiro referiu-se a críticas de controladores de voo, que apontaram a existência de “buracos negros” nos sistemas de radares brasileiros e que acontecem constantes falhas nas comunicações por rádio. Kersul afirmou que a “duplicidade de sinal” da qual os controladores reclamam é uma característica dos sistemas de radar de todo o mundo. Ele acredita que eventuais falhas de comunicação de rádio, outra reclamação dos controladores, sejam causadas por influências eletromagnéticas. O depoente também reafirmou a qualidade do software usado para o controle de voo.

Estatísticas

Kersul apresentou algumas estatísticas sobre acidentes aéreos no país desde 1990 e informou que vem sendo registrado um decréscimo constante, apesar do aumento da frota e da malha aérea. Destacou que em 2003, 2004 e 2005 não foi registrado nenhum acidente aéreo com vítimas. A exceção foi 2006, devido ao acidente entre o Boeing da Gol e o jato da American ExcelAire, ocorrido em setembro.

– Isso demonstra que o modal de transporte aéreo se torna mais seguro e eficiente a cada ano. O que o usuário mais deseja é segurança e pontualidade, é saber que vai entrar em uma aeronave e chegará no destino – observou.

O especialista destacou também que as causas de acidentes aéreos são sempre múltiplas e, estatisticamente, ocorrem principalmente por falha humana. Citou erro de julgamento do piloto, erros de planejamento ou problemas psicológicos como as falhas mais comuns.

Brigadeiro: controladores erraram no caso do acidente com Boeing

O chefe do Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (Cenipa), brigadeiro-do-ar Jorge Kersul Filho, declarou que foi “incompleta” a autorização para decolagem dada aos pilotos americanos do jato Legacy, que mais tarde viria a chocar-se com um Boeing da Gol, no dia 29 de setembro de 2006. Kersul também afirmou que o transponder (equipamento anticolidão) do Legacy foi desligado, ainda que “involuntariamente”.

O relator da CPI, senador Demostenes Torres (DEM-GO), perguntou se os pilotos do jato, Joseph Lepore e Jan Paul Paladino, teriam sido induzidos a erro pelo controlador de voo de São José dos Campos (SP). O brigadeiro disse achar que sim, já que, como

a ordem não foi completa, “a norma não foi cumprida”. De acordo com ele, os pilotos deveriam ter sido informados, no momento da decolagem, sobre as alterações de altitude de voo durante a viagem ou, pelo menos, teriam de ser alertados de que constavam essas mudanças no plano de voo, o que não foi feito.

Desmentido

Jorge Kersul Filho desmentiu afirmações, reiteradas várias vezes por controladores de voo, de que o software de controle do espaço aéreo usado no Brasil teria induzido o controlador a erro, fazendo-o acreditar que o jato encontrava-se a 36 mil pés de altitude e não a 37 mil, e em rota de colisão com o Boeing, como na realidade estava.

De acordo com o depoente, o

software em uso no país indica, à direita da “etiqueta” do voo, a altitude determinada pelo plano de voo (no caso do jato Legacy envolvido no acidente, 36 mil pés) e, à esquerda, a altitude real, informada pelo transponder, (que marcava então 37 mil pés). Segundo Kersul, o controlador de Brasília tinha toda a condição de perceber que o avião estava na altitude errada.

O especialista lembrou ainda que, quando foi perdido o contato com o transponder do Legacy, era necessário certificar-se das reais condições de voo das aeronaves da região, mas isso não ocorreu. Kersul garantiu que o equipamento de controle de voo de Brasília funcionou “dentro das características nas quais os controladores foram treinados”.



Demostenes (E) e Tião Viana ouvem depoimento do coronel-aviador Rufino Antônio, ao lado do brigadeiro Jorge Kersul Filho

Investigação descarta falhas nos equipamentos

O presidente da Comissão de Investigação do Acidente Aeronáutico do Voo Gol 1907, coronel-aviador Rufino Antônio da Silva Ferreira, informou que não foram encontrados indícios de falhas nos equipamentos de controle do voo nem nos equipamentos dos aviões envolvidos na colisão.

O coronel disse que o objetivo do inquérito realizado pela Aeronáutica é levantar todos os fatores que contribuíram para a colisão a fim de gerar recomendações de segurança que evitem outros acidentes. Rufino Ferreira, que trabalha há dez anos na prevenção de acidentes aeronáuticos, destacou que o país sempre teve a qualidade de seu controle de tráfego aéreo reconhecida pela comuni-

dade internacional e garantiu que é seguro voar no Brasil.

Segundo o coronel, não foram encontradas indicações de deficiência ou ineficiência nos equipamentos de cobertura de radar. Destacou também que a comissão de investigação já terminou as análises dos equipamentos do Legacy e concluiu que o sistema de transponder do jato não apresentava “erro de projeto ou integração”. Isso, informou ainda o depoente, eliminou a hipótese de falha mecânica do equipamento, cujo desligamento foi apontado como um dos responsáveis pelo acidente. Rufino Ferreira lembrou, no entanto, que o acidente decorreu de uma série de situações alinhadas e não de apenas um erro.

Para Demostenes, responsabilidade está definida

Para Demostenes Torres, a responsabilidade, “ainda que não proposital”, pelo desastre aéreo foi tanto de controladores como dos pilotos norte-americanos. Disse que, por parte dos controladores, “houve falhas gritantes” quando um controlador de São José dos Campos informou ao Legacy um plano de voo “equivocado”; quando esse avião não foi avisado, ao passar por Brasília, de que estava na altitude errada; e quando, ao se perder o contato por radar com o Legacy, os controladores não tentaram se comunicar com o controle de Manaus, para solicitar que passasse a monitorar o jato. Quanto aos pilotos, afirmou que eles desligaram o transponder.

Presidente da TAM aponta necessidade de investimentos

O presidente da TAM, Marco Antônio Bologna, defendeu investimentos na melhoria e na manutenção da infra-estrutura do setor aéreo brasileiro.

Para resolver os problemas de congestionamento de aeronaves na cidade de São Paulo, o empresário sugeriu a construção urgente de uma terceira pista no Aeroporto de Guarulhos, além da melhoria da ligação viária para o Aeroporto de Viracopos, em Campinas, e a liberação de áreas da Vasp, da Transbrasil e da Varig embargadas pelo Judiciário.

Visando a uma maior coordenação entre os órgãos gestores do setor aéreo no país, Bologna propôs uma intensificação dos trabalhos do Conselho Nacional de Aviação Civil (Conac).

Já o presidente da Gol, Constantino de Oliveira Júnior, disse que em 90 dias sairá o laudo sobre o acidente com o voo 7486, que decolou dia 22 de São Paulo para Porto Alegre, mas retornou devido ao incêndio numa turbina.

Infraero deixa questões sem resposta

Ao comentar o depoimento do superintendente do Aeroporto de Guarulhos, Edgard Brandão Júnior, vários senadores consideraram superficiais as informações prestadas pelo funcionário da Empresa Brasileira de Infra-estrutura Aeroportuária (Infraero).

Brandão disse não dispor de informações suficientes para responder a várias perguntas formuladas por Demostenes Torres.

– As explicações foram absurdamente superficiais. Ele [Edgard Brandão] diz não ter conhecimento de nada, mas grande parte das irregularidades se deu na área onde ele é superintendente – reclamou Demostenes, referindo-se especialmente a um prejuízo de R\$ 100 milhões apurado pela Controladoria Geral da União (CGU) em contratos de publicidade assinados pela Infraero.

Sérgio Guerra (PSDB-PE) disse achar “um pouco exagerada a desinformação”. Mário Couto (PSDB-PA) considerou ser urgente a necessidade de convocação da alta cúpula da empresa para depor na CPI do Apagão Aéreo.



Gilvam diz que medida atende a lei que oficializou língua de sinais

Gilvam quer uso da Libras nos exames para motorista

Gilvam Borges (PMDB-AP) defendeu projeto de sua autoria que estabeleceu o uso da Língua Brasileira de Sinais (Libras) nos cursos e exames para obtenção da carteira de motorista. A proposta (PLS 262/07) é, a seu ver, mais um passo para implementação da lei que definiu a Libras como a linguagem oficial dos deficientes auditivos.

O senador também se solidarizou com os parlamentares que tiveram o nome incluído em lista de presentes da Gautama, empresa suspeita de comandar fraudes em licitações de obras públicas.



Malta é relator de proposta que extingue seleção da OAB

Magno pede sugestões sobre exame de ordem

O relator do projeto que visa acabar com o exame da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), senador Magno Malta (PR-ES), dirigiu da tribuna apelo aos setores ligados ao Direito no Brasil para que lhe enviem propostas de sugestões. O projeto é de Gilvam Borges.

Malta também lembrou que é autor de um projeto para que sejam considerados "produtos culturais" os CDs e DVDs de artistas brasileiros, a exemplo de livros e jornais, que são beneficiados com isenção de imposto.

CCJ pode votar hoje mudança na Lei de Licitações

A proposta do Executivo que visa adequar a Lei de Licitações e Contratos Administrativos às novas tecnologias da informação e às práticas mundiais para celebração de contratos deverá ser votada hoje pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A proposta começou a ser discutida na última reunião, mas pedido de vista coletiva adiou a votação.

Os senadores justificaram o pedido de vista para melhor examinar o projeto (PLC 32/07), que recebeu 69 emendas na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), onde está sendo analisado simultaneamente com a CCJ. Já aprovada na Câmara, na forma de substitutivo, a proposição tramita em regime de urgência constitucional e integra o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Uma das principais alterações à atual legislação é o acréscimo do pregão às modalidades de licitação, inclusive as internacionais. Hoje, pelo artigo 22 da Lei 8.666, somente são aceitas as modalidades de concorrência, tomada de preços, convite, concurso e leilão. Pela proposta do Executivo, o pregão será realizado por meio de proposta e lances em sessão pública presencial ou a distância, pela internet, desde que o valor para a contratação de obras não ultrapasse R\$ 340 mil. O projeto também veda a utilização de pregão para serviços e compras considerados de grande vulto e serviços técnicos especializados, assim definidos com base na legislação.

O relator, senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE), apresentou, na última reunião da CCJ, parecer pela aprovação da matéria. No texto, aceita várias emendas propostas, rejeita outras e sugere ainda algumas alterações, entre elas a dispensa da publicação da licitação por meio da internet quando o valor para obras, serviços e compras for inferior a R\$ 340 mil.

Tráfico de drogas

Entre os dez itens da pauta da Comissão de Justiça está o substitutivo do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) a projeto do senador licenciado Hélio Costa que dobra a pena para quem praticar tráfico de drogas nas dependências ou imediações de estabelecimento de ensino (PLS 34/03). A matéria tramita na comissão em decisão terminativa.

Pelo substitutivo, que altera a Lei de Entorpecentes, a pena também será dobrada se a prática de tráfico de drogas visar atingir criança ou adolescente ou quem tenha, por qualquer motivo, diminuída ou suprimida a capacidade de entendimento e determinação. Atualmente, a prática desses crimes aumenta a pena de um sexto a dois terços.

Objetivo de proposta acolhida na CMA é fazer com que código não seja aplicado em relação ao custo dos empréstimos e à remuneração das aplicações financeiras



Expedito Júnior (D), ao lado de Augusto, Sibá e Arns, apresentou substitutivo à proposição

Aprovado projeto que exclui juro bancário do Código do Consumidor

Projeto de lei que excetua da aplicação do Código de Defesa do Consumidor as taxas de juros incidentes em empréstimos e em aplicações financeiras foi aprovado ontem pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) do Senado.

De iniciativa de Valdir Raupp (PMDB-RO), a proposta (PLS 143/06) foi acolhida mediante substitutivo do relator, Expedito Júnior (PR-RO), com o objetivo de adequar o projeto à boa técnica legislativa.

O objetivo da proposição é fazer com que o código não seja aplicado em relação ao custo das operações ativas (empréstimos) e à remuneração das operações passivas (aplicações) de instituições financeiras na inter-

mediação do dinheiro.

– Não se pode permitir que interpretações jurídicas excessivamente amplas invadam a esfera de competência das autoridades responsáveis pela condução da política monetária do país, pois a indefinição que adviria da profusão de interpretações distintas seria prejudicial à segurança jurídica das operações financeiras e, conseqüentemente, à higidez do sistema como um todo – argumentou Valdir Raupp.

O senador também alertou, em defesa da matéria, para um possível aumento dos juros médios praticados no mercado em virtude da majoração do risco decorrente da instabilidade das regras aplicáveis aos contratos bancários.

Proposta sobre adição de farinha de mandioca à de trigo passa na CMA

A Comissão de Meio Ambiente aprovou ontem parecer do senador Marconi Perillo (PSDB-GO) favorável ao projeto da Câmara que determina a adição de farinha de mandioca à farinha de trigo e seus derivados adquiridos pelo poder público.

Os altos preços do trigo no mercado internacional e a diminuição da produção do cereal nos Estados Unidos, na Argentina e no Brasil, provocada por mudanças climáticas, são fatores mencionados pelo autor da matéria, deputado Aldo Rebelo (PCdoB-SP), em defesa da iniciativa.

Conforme a proposição (PLC 22/07), as indústrias que produzirem a farinha misturada serão beneficiadas com a suspensão da cobrança do PIS/Pasep e da Cofins.

Marconi Perillo afirma que, de acordo com dados divulgados pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), a situação atual da produção brasileira de trigo confirma a tendência histórica da instabilidade, com estimativa, até o final do ano, em torno de 33 milhões de toneladas, o que representa uma queda de 35% em comparação a 2005/06.

Maior clareza nas matérias publicitárias

Na reunião de ontem, a Comissão de Meio Ambiente aprovou projeto da senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) que obriga a inserção da expressão "informe publicitário" em propagandas nas quais não esteja evidente o caráter comercial.

O objetivo do projeto (PLS 151/06), que altera o Código de Defesa do Consumidor, é fazer com que toda publicidade seja veiculada de forma que o consumidor identifique com facilidade e imediatamente tratar-se de propaganda comercial.

Serys esclarece que a proposta visa ainda coibir a denominada publicidade redacional, por meio da qual o anunciante utiliza-se de recursos editoriais com o objetivo de fazer com que o cidadão confunda a publicidade com matéria jornalística.

Heráclito quer debater acordo entre BB e Previ

Requerimento do senador Heráclito Fortes (DEM-PI) solicitando a realização de audiência pública para discutir acordo entre o Banco do Brasil e a Previ – a caixa de previdência dos funcionários da instituição – foi acolhido ontem pela CMA. O acordo envolve recursos da ordem de R\$ 10,970 bilhões, disse o senador.

Deverão ser convidados para a audiência, entre outros, o presidente da Previ, Sérgio Rosa; o presidente do Conselho Deliberativo da União Nacional dos Acionistas Minoritários do Banco do Brasil, Rui Brito; e o representante do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União (TCU). O objetivo da audiência, segundo Heráclito Fortes, é instruir parecer sobre a Proposta de Fiscalização e Controle nº 1/2005, da qual é relator.

Em encontro de trabalho com os integrantes da Comissão de Assuntos Econômicos, titular da Super-Receita defende manutenção da CPMF entre os tributos federais

Supersimples funcionará a partir de julho, garante secretário da Receita

O Supersimples, como ficou conhecido o regime especial de tributação para as micro e pequenas empresas aprovado em novembro de 2006, estará implantado nos primeiros dias de julho. A garantia foi dada ontem pelo titular da Receita Federal do Brasil, Jorge Rachid, aos integrantes da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Para cumprir o prazo previsto na própria lei, ele afirmou que o órgão busca atuar em duas frentes simultâneas de trabalho: regulamentar os dispositivos da nova legislação e desenvolver os sistemas de suporte eletrônico do regime simplificado. Sobre a Receita Federal do Brasil

(Super-Receita), em funcionamento desde 2 de maio, Rachid observou que o órgão vai racionalizar o atendimento, simplificar os processos, reduzir os custos para o contribuinte e melhorar o atendimento.

Carga tributária e CPMF

O secretário frisou que, antes de executar planos para a redução da carga tributária, será necessário enfrentar debates sobre redução dos gastos públicos, e que a arrecadação deve ser suficiente para financiar as atividades do governo, "senão ele vai tomar dinheiro emprestado ou emitir moeda". Salientou, no entanto, que as receitas estão crescendo atualmente sem aumento na tributação e que



Mercadante (E) e Rachid na reunião da CAE

o governo vem promovendo amplas desonerações.

Rachid defendeu a manutenção da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF). Segundo ele, a CPMF é muito eficaz, por ser de fácil cobrança e permitir a taxação de setores que estão na informalidade. O presidente da CAE, Aloizio Mercadante (PT-SP), disse que o governo não tem como abrir mão, pois ainda está saindo de um quadro de desequilíbrio fiscal. Para Jefferson Péres (PDT-AM), o tributo oferece mais vantagens que problemas. Sugeriu que, como contrapartida à manutenção da CPMF, seja examinada a eliminação de até outros seis tributos.

Crise no setor têxtil e conjuntura econômica serão temas de audiência

A crise enfrentada pela indústria têxtil e de vestuário será debatida pela Comissão de Assuntos Econômicos, em data ainda a ser marcada. Para Edison Lobão (DEM-MA), autor do requerimento da reunião, as "desmedidas" importações, com destaque para os produtos chineses, e as implicações do câmbio estão sufocando os produtores nacionais.

Serão convidados os ministros da Fazenda, Guido Mantega; das Relações Exteriores, Celso Amorim; do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Miguel Jorge; e do Trabalho e Emprego, Carlos Lupi. Também devem participar o secretário da Receita Federal, Jorge Rachid; o representante da Associação

Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (Abit), Josué Gomes da Silva; e a presidente das Costureiras de São Paulo e Osasco, Eunice Cabral.

A CAE aprovou ainda três requerimentos de audiências públicas. A primeira, solicitada por Renato Casagrande (PSB-ES), vai discutir as consequências da política cambial nos setores de brinquedos, calçados e vestuário. Arthur Virgílio (PSDB-AM) propôs debater os limites do endividamento dos governos estaduais e municipais. Na terceira, sugerida por Aloizio Mercadante (PT-SP) e prevista para ser realizada em 19 de junho, Mantega falará sobre política econômica e evolução da conjuntura econômica.

Aprovado projeto que visa dar maior transparência às loterias

Proposta que obriga a Caixa Econômica Federal a disponibilizar na internet todos os dados relativos a loterias bancadas pela instituição – como a Quina, a Mega-Sena e a Lotofácil – foi aprovada ontem, por unanimidade e em decisão terminativa, pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Como forma de dar maior transparência às loterias, o projeto (PLS 310/05), de autoria do então senador Rodolpho Tourinho,

determina ainda que a Caixa torne públicas as informações dos sorteios pelo Sistema Radiobrás, com transmissão em tempo real.

Entre os dados a serem divulgados, estão os percentuais de rateio da arrecadação bruta de cada concurso e os respectivos repasses a todos os beneficiários legais, até mesmo os referentes ao custeio e à manutenção dos serviços e impostos; os valores acumulados e a estimativa de prêmio para o próximo concurso; e a agenda dos

sorteios para o período de pelo menos um mês.

Eduardo Suplicy (PT-SP) argumentou que o projeto estava prejudicado por entender que a Caixa já disponibiliza tais informações. Mas o relator, senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), defendeu a aprovação da matéria a fim de que o país disponha de uma lei própria que regule toda a divulgação dos concursos de prognósticos de números bandados pela Caixa.

Proposta que beneficia aviação agrícola vai a Plenário

A Comissão de Assuntos Econômicos aprovou ontem projeto que determina a incidência, na gasolina de aviação, da mesma alíquota da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) incidente sobre o querosene de aviação. Na prática, a proposição (PLC 67/05) tem por objetivo principal, segundo o relator, senador Renato Casagrande (PSB-ES), beneficiar a aviação agrícola. A matéria segue agora para análise do Plenário.

Na mesma reunião, a CAE rejeitou projeto (PLS 448/03) de Efraim Morais (DEM-PB) que isentava do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) a aguardente de cana-de-açúcar – a cachaça. O relator, Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), foi favorável à aprovação da proposta, por entender que a isenção geraria aumento do emprego e da utilização da capacidade instalada do setor. Mas o voto em separado de Serys Slhessarenko (PT-MT), contrário à aprovação, sensibilizou os membros da CAE. Segundo ela, a isenção elevaria o consumo da cachaça.

Nova chance para estados e municípios com pendências

Projeto de resolução que prorroga o prazo para que os estados, os municípios e o Distrito Federal providenciem a regularização de eventuais débitos e irregularidades e fiquem aptos a contratar operações de crédito foi aprovado ontem pela CAE. A matéria tramita em regime de urgência e será votada pelo Plenário.

A proposta é de autoria da comissão e modifica a Resolução 43/01, cujos prazos já estão vencidos. Pela resolução, a verificação de adimplência abrangerá número de registro no CNPJ do órgão ou entidade tomadora de operação de crédito até 31 de dezembro. A partir de 1º de janeiro de 2008, a verificação incluirá todos os órgãos e entidades da unidade federativa.

Na justificativa, Aloizio Mercadante alegou que a mudança foi feita "por uma questão de coerência e harmonização com a legislação relativa às transferências voluntárias", pois a Secretaria do Tesouro decidiu estender o prazo de adaptação no que se refere ao controle de adimplência para fins dessas transferências.

Dedução do IR para doação de livros é acatada pela CAE

Em decisão terminativa, a Comissão de Assuntos Econômicos acolheu projeto que inclui a dedução de doações de livros a bibliotecas públicas no cálculo do Imposto de Renda devido por pessoas físicas. O relator foi Edison Lobão (DEM-MA)

A proposta (PLS 27/05), do então senador Roberto Saturnino, foi votada pela Comissão de Educação (CE), onde também recebeu parecer favorável.

Segundo o relator da matéria, com a aprovação desse projeto o contribuinte terá mais uma opção para direcionar o uso de parte do IR devido.

Também na reunião de ontem a CAE decidiu arquivar proposição de Paulo Paim (PT-RS) permitindo que as pessoas físicas abatessem anualmente, da base de cálculo do Imposto de Renda, valores correspondentes a até dois salários mínimos mensais por até dois empregados registrados em carteira de trabalho.

Para o relator, Francisco Dornelles (PP-RJ), a Lei 11.324/06 já trata do assunto, o que torna a proposta prejudicada.



Comissão prorroga para 31 de dezembro o prazo para que estados e municípios regularizem situação e contratem operação de crédito